

PROCESSO SELETIVO PARA O INGRESSO NO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

DIREITO PENAL, PROCESSUAL PENAL E EXECUÇÃO PENAL

1. Acerca do regime de cumprimento da pena imposta em virtude da prática do crime de tráfico de drogas, assinale a assertiva CORRETA:

- a) O réu condenado em virtude de tal prática delitiva deve cumprir sua pena integralmente em regime fechado, eis que a natureza hedionda de tal crime, bem como as consequências nefastas que o tráfico de drogas produz na sociedade, impedem o cumprimento da pena em regime aberto.
- b) cumprimento da pena em regime aberto.
- c) O réu condenado em virtude de tal prática delitiva deve cumprir sua pena em regime inicial fechado, tendo em vista a natureza hedionda de tal crime, porém, é permitida a progressão de regime, visando a reinserção social do condenado.
- d) O réu condenado em virtude de tal prática delitiva deve cumprir sua pena em regime inicial semiaberto, tendo em vista que, apesar da natureza hedionda, o crime não é praticado mediante violência.

2. Sobre os crimes patrimoniais, é CORRETO afirmar que:

- a) O crime de furto é qualificado se praticado em residência familiar.
- b) O crime de roubo é majorado se praticado

durante o repouso noturno.

- c) É isento de pena o filho de 18 anos que subtrai, sem o emprego de violência ou grave ameaça, coisa alheia móvel pertencente ao seu genitor, de 55 anos de idade.
- d) É inadmissível o reconhecimento da atipicidade do crime de furto em virtude da insignificância do valor do bem subtraído.

3. Sobre os crimes contra a vida, é INCORRETO afirmar que:

- a) O crime de homicídio será sempre qualificado (feminicídio) quando a vítima for mulher.
- b) O crime de homicídio será privilegiado se cometido por agente sob o domínio de violenta emoção.
- c) O crime de homicídio será qualificado se praticado à traição.
- d) Existem hipóteses previstas no Código Penal em que o crime de aborto não é punido.

4. São penas restritivas de direito, EXCETO:

- a) A limitação de fim de semana.
- b) A prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.
- c) A perda de bens e valores.
- d) A perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.

5. São inimputáveis:

- a) Aqueles que, voluntariamente, embriagam-se completamente pelo álcool.
- b) Os menores de 18 anos.
- c) Aqueles que praticam o crime influenciados por violenta paixão.
- d) Os maiores de 18, mas menores de 21 anos.

6 – Das opções abaixo não se caracteriza como regime de cumprimento de pena legalmente previsto no Código Penal (Dec. 2848/40) e na Lei de Execuções Penais (Lei 7210/84):

- a) regime semiaberto
- b) regime fechado
- c) regime aberto
- d) regime disciplinar diferenciado - RDD

7 – Assinale a alternativa correta. João, primário, foi denunciado pelo art. 157, caput, do CP, tendo sido condenado por este delito a uma pena privativa de

liberdade de 4 anos. Ao fixar o regime inicial de cumprimento de pena, o juiz sentenciante impôs o regime aberto, fixando como condição especial de cumprimento a prestação de serviço à comunidade. Este dispositivo da sentença:

- a) está correto, pois, em sendo primário, João deve ter a sua pena substituída por restritiva de direito;
- b) está equivocado, pois, em sendo primário, e sendo a pena superior a 1 ano, a João deveria ter sido impostas duas penas restritivas de direito;
- c) está equivocado, pois não é possível a fixação de pena restritiva de direito como condição especial de cumprimento de pena no regime aberto;
- d) está correto, pois em observância ao princípio da individualização da pena, o magistrado dispõe de ampla discricionariedade para fixação da melhor reprimenda penal, incluindo o regime de cumprimento desta.

8. Um agente pratica um crime de roubo, com emprego de arma de fogo, e consegue se evadir levando um relógio da vítima, sem ser perseguido de forma imediata. Logo depois, tal indivíduo é encontrado em patrulhamento feito por policiais, que tinham sido informados do crime e das características físicas e de vestimenta do autor do fato, bem como do bem subtraído e da arma utilizada, sendo que estes objetos foram encontrados em poder do agente. Dessa situação, constata-se:

- a) Flagrante próprio.
- b) Flagrante esperado.
- c) Flagrante presumido.
- d) Não está caracterizada nenhuma situação de flagrante prevista no Código de Processo Penal.

9. É pressuposto lógico do sistema acusatório:

- a) A atuação isenta do Delegado de Polícia na condução da investigação durante o inquérito policial;
- b) A possibilidade de o ofendido oferecer ação penal privada subsidiária da pública quando o Ministério Público não o fizer no prazo legal;
- c) O cabimento de mutatio libelli quando surgirem fatos novos durante a instrução probatória;
- d) A separação orgânica entre as funções de acusar e julgar.

10. A necessidade de assegurar que as partes gozem das mesmas oportunidades e faculdades processuais consiste no conteúdo do princípio processual:

- a) Da paridade de armas;
- b) Do contraditório;
- c) Da ampla defesa;
- d) Do estado de inocência.

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

11. Sobre os direitos da personalidade, assinale a alternativa correta:

- a) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome, mas não o sobrenome.
- b) Os direitos da personalidade são transmissíveis e renunciáveis.
- c) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.

d) O pseudônimo adotado para atividades ilícitas, como o tráfico de drogas, goza da proteção que se dá ao nome.

12. São absolutamente incapazes de exercer os atos da vida civil:

- a) Os menores de dezesseis anos.
- b) Os ébrios habituais.
- c) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- d) Os pródigos.

13. Quanto aos bens é correto afirmar que:

- a) Os direitos reais sobre imóveis são bens móveis.
- b) São infungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- c) São indivisíveis os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.
- d) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião, segundo a literalidade do Código Civil.

14. São princípios utilizados na solução de conflitos intertemporais e espaciais de normas jurídicas:

- a) hierárquico, cronológico e especialidade.
- b) antinomia, vinculação e regularidade procedimental.
- c) legalidade, impessoalidade e publicidade.

d) taxatividade, discricionarietà e isonomia.

15. Os negócios jurídicos nulos:

- a) prescrevem em 10 anos.
- b) decaem em 4 anos.
- c) são cognoscíveis de ofício, inclusive em segunda instância.
- d) podem ser confirmados pela vontade das partes, desde que capazes.

16. Assinale a alternativa correta:

- a) O réu revel poderá intervir no processo a qualquer tempo, recebendo-o no estado em que se encontra, mas não poderá apresentar recurso.
- b) O réu revel poderá intervir no processo a qualquer tempo, recebendo-o no estado em que se encontra.
- c) O réu revel poderá intervir no processo a qualquer tempo, recebendo-o no estado em que se encontra, desde que apresentada a contestação antes de prolatada a sentença.
- d) O réu revel poderá intervir no processo a qualquer tempo, recebendo-o no estado em que se encontra, sendo-lhe vedado, contudo, participar de audiência de instrução e julgamento, haja vista que sua atuação estará restrita à prática de atos escritos.

17. Haverá resolução de mérito do processo:

- a) quando ocorrer confusão entre autor e réu.
- b) quando o juiz indeferir a petição inicial.
- c) quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor.
- d) quando o autor desistir da ação.

18. São condições da ação:

- a) Possibilidade jurídica do pedido, sucumbência e interesse processual.
- b) Legitimidade de partes, possibilidade jurídica do pedido e arresto.
- c) Interesse processual, competência e intimação.
- d) Interesse de agir, possibilidade jurídica do pedido e legitimidade de partes.

19. Paulo propôs uma demanda indenizatória. Apesar de o réu ter ficado revel, os pedidos de Paulo foram julgados improcedentes, com trânsito em julgado. Inconformado, Paulo propõe a mesma demanda novamente, no ano seguinte. Nesse caso, se o réu apresentar defesa, o novo processo deve ser extinto:

- a) com resolução do mérito, por economia processual;
- b) sem resolução do mérito, por violar a coisa julgada
- c) sem resolução do mérito, por litispendência;
- d) com resolução do mérito, por violar a boa-fé.

20. Quanto à conexão, é correto afirmar que:

- a) pressupõe a identidade entre os elementos objetivos e subjetivo das ações;
- b) é causa de modificação da competência do órgão judicial;
- c) pode dar azo à reunião dos feitos, ainda que um deles já tenha sido julgado;
- d) pode ocorrer entre uma ação de conhecimento e uma de execução;

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. A proposta de emenda constitucional, depois de aprovada por três quintos dos votos, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal deve ser:

- a) Promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado;
- b) Sancionada e promulgada pela Presidenta da República;
- c) Pode ser vetada pela Presidenta da República;
- d) Promulgada pelo Presidente do Senado Federal;

22. A Constituição Federal veda expressamente a aplicação de certas penas. Assinale a opção que não contém penalidade proibida constitucionalmente entre nós.

- a) Pena de trabalhos forçados;
- b) Pena de caráter perpétuo;
- c) Pena de perda de bens;
- d) Pena de morte, em tempos de paz;

23. Prevê o caput do art. 5º da Constituição Federal: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. De acordo com esse princípio, deve-se:

- a) Tratar todos de forma igual;
- b) Tratar todos de forma desigual, não importando a medida de sua desigualdade;
- c) O Princípio da Igualdade Material veda a prática de Ações Afirmativas;

d) Tratar os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual, na medida de sua desigualdade;

24. Nosso ordenamento pátrio contempla a religiosidade como um fenômeno sociológico que ganha importância jurídica, graças aos princípios constitucionais de liberdade. O direito à liberdade de religião está exposto na Constituição Federal de várias formas. Assinale a alternativa inverídica:

a) A liberdade de consciência e de crença é inviolável. O livre exercício dos cultos religiosos é assegurado, bem como temos a garantia, na forma que a lei dispuser, a proteção das liturgias e dos locais onde os cultos se realize;

b) No ensino fundamental, conteúdos mínimos são fixados pela CF/88. O ensino religioso, por exemplo, constituirá disciplina de matrícula obrigatória dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio, assegurando a formação comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais do País;

c) É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

d) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas ou subvencioná-los. Também lhes é vedado embaraçar o funcionamento destes ou manter com eles ou com seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

25. De acordo com a Lei Complementar Federal nº 80/94, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos

Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, é função institucional da Defensoria Pública, dentre outras:

a) promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;

b) exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais (vedado o patrocínio de pessoas jurídicas), em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias;

c) prestar orientação jurídica e promover a defesa dos direitos individuais e coletivos da pessoa jurídica de direito público interno a que estiver vinculada, nos processos judiciais, em todos os graus, de forma integral e gratuita;

d) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição, na defesa dos direitos dos necessitados, em todos os graus, de forma integral e gratuita.

26. É prerrogativa dos membros da Defensoria Pública do Estado prevista na Lei Complementar Federal nº 80/94:

a) Comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, exceto quando estes se acharem presos e incomunicáveis, tendo livre ingresso em estabelecimentos policiais e prisionais, independentemente de prévio agendamento;

b) Receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos;

c) Não ser preso, inclusive na hipótese de flagrante

delito, senão por ordem judicial escrita e devidamente fundamentada, no bojo de processo judicial em que lhes tenham sido assegurados o contraditório e a ampla defesa;

d) Representar a parte assistida, em feito administrativo ou judicial, necessariamente mediante instrumento de mandato outorgando-lhes poderes específicos para tal, independentemente de a lei exigir poderes especiais para o caso;

27. Ao dispor sobre normas gerais para a organização da Defensoria Pública dos Estados, a Lei Complementar Federal nº 80/94 estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Defensoria Pública do Estado, quanto à legalidade, legitimidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida pelo:

a) Poder Executivo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Tribunal de Contas;

b) Poder Judiciário, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Tribunal de Contas;

c) Poder Legislativo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno estabelecido em lei;

d) Tribunal de Contas, mediante controle externo feito pelo Poder Judiciário, e pelo sistema de controle interno estabelecido em lei;

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

28. Conforme disposto na Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente),

quanto à medida socioeducativa de internação, assinale a alternativa correta:

- a) Não será permitida a realização de atividades externas, mesmo a critério de uma determinação judicial;
- b) A desinternação não necessita ser precedida de autorização judicial;
- c) A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses;
- d) Conforme entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, ao Adolescente primário pode ser aplicada na sentença a medida de internação pela prática do ato infracional análogo ao tráfico de drogas;

29. De acordo com a Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), assinale a alternativa correta a respeito da adoção:

- a) Podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando;
- b) É vedada a adoção por procuração;
- c) A adoção não poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença;
- d) O adotando deve contar com no máximo 16 anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes;

30. Erick, adolescente com 17 anos de idade, foi flagrado cometendo ato infracional análogo ao crime de roubo. Considerando as medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, quando verificada a prática de ato infracional por adolescente, poderá ser aplicada a seguinte medida:

- a) apreensão do Adolescente, observado que o regime de semiliberdade não pode ser estabelecido desde o início, sendo, porém, possibilitada a realização de atividades externas;
- b) Internação do Adolescente pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, considerando a gravidade do ato infracional praticado;
- c) prestação de serviço remunerado, de modo a levantar recursos suficientes para o ressarcimento do dano, como forma de compensação do prejuízo causado à vítima;
- d) liberdade assistida pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida;

Questão Discursiva 01

Diferencie direitos difusos, coletivos *stricto sensu* e individuais homogêneos. Traga, ao menos, um exemplo de cada hipótese.

15 - C

Questão Discursiva 02

16 - B

Analise a relação entre superpopulação carcerária e violência na sociedade.

17 - C

18 - D

19 - B

GABARITO:

20 - B

1 - D

21 - A

2 - C

22 - C

3 - A

23 - D

4 - D

24 - B

5 - B

25 - A

6 - D

26 - B

7 - C

27 - C

8 - C

28 - C

9 - D

29 - B

10 - A

30 - D

11 - C

12 - A

13 - D

14 - A

